

## **A influência da tutela do FMI na política econômica brasileira entre 1998 e 2002**

Fábio Marvulle Bueno

O Fundo Monetário Internacional (FMI), criado na ordem de *Bretton Woods* para fortalecer a integração da economia mundial em torno do projeto norte-americano da Guerra Fria, passou por várias mudanças em seu papel internacional, condicionando um de seus principais instrumentos operacionais: as condicionalidades, entendidas como a vinculação do desembolso de recursos do Fundo ao progresso na implantação de políticas econômicas acordadas nos planos de ajuste.

O processo de alteração do perfil da clientela do Fundo de países industrializados para os em desenvolvimento a partir de 1980, aliado a atuação da instituição tanto na crise da dívida externa, seguindo os interesses dos grandes bancos norte-americanos, como nas crises da segunda metade da década de 1990, seguindo os interesses do mercado financeiro internacional, incentivaram o FMI, no plano teórico, a deslocar o foco da administração da Demanda Agregada para as reformas estruturais na linha do Consenso de Washington, e na dimensão prática, a uma postura ativa e intervencionista pela aplicação de condicionalidades estruturais em seus planos de ajuda.

Tais mudanças de foco teórico e prático objetivam enquadrar as economias nacionais em um comportamento de longo prazo, internalizando os parâmetros dos planos de ajuste pelo uso de condicionalidades estruturais que alteram a ordem institucional dos países e eliminam a discricionariedade da política econômica.

É dentro da estratégia de enquadramento institucional que o FMI estimula a assunção de seus planos de ajuste pelos países como se deles próprios fossem (*ownership*), como forma de diminuir resistências à tutela política e econômica.

Em meio a esta mudança na atuação do Fundo, o Brasil volta novamente à tutela da instituição em 1998. A estratégia do plano de ajuste brasileiro foi retomar a confiança dos operadores do mercado financeiro internacional através da construção de uma macroeconomia arquitetada em quatro eixos: baixa inflação, câmbio flexível, juros altos e política fiscal restritiva.

A “macroeconomia da busca de credibilidade internacional” ditada pelo FMI foi internalizada por mudanças no ordenamento institucional brasileiro, definidas nas condicionalidades estruturais dos acordos. Tais mudanças criaram mecanismos de incentivo e coerção aos agentes econômicos nacionais, de forma a perpetuar automaticamente no tempo a política macroeconômica, tornando esta última independente dos ciclos políticos internos.

Os principais mecanismos de incentivos e coerção dos agentes nacionais para internalização dos parâmetros definidos pelo FMI nos acordos com o Brasil entre 1998 e 2002 foram o regime de metas de inflação, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a incorporação dos superávits primários na Lei de Diretrizes Orçamentárias, as reformas nos regimes público e privado da previdência social e as privatizações dos bancos estaduais.

A dinâmica que a internalização dos parâmetros da “macroeconomia da busca de credibilidade internacional” trouxe no período analisado foi uma média da taxa real de variação do PIB muito baixa e um elevado patamar de taxas de desemprego aberto.

O elevado patamar das taxas de juros na “macroeconomia da busca de credibilidade internacional”, derivado do regime de metas de inflação, apresentou dois desdobramentos que contribuíram para o baixo crescimento no período: além de colocar as aplicações financeiras em vantagem quanto à eficiência marginal do capital de investimentos produtivos, afetou negativamente a percepção dos investidores quanto a sustentabilidade da dívida pública brasileira.

A política fiscal também contribuiu para o baixo crescimento, atuando sob parâmetros contracionistas de geração de elevados superávits primários, muitas vezes acima dos critérios de desempenho acertados com o Fundo, como forma de sinalizar aos agentes privados o compromisso (*ownership*) com uma suposta sustentabilidade da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP). Apesar dos esforços, a DLSP cresceu continuamente no período, mostrando uma contradição entre a busca de confiança e a arquitetura macroeconômica do período.

O aprofundamento da dependência externa e a dinâmica de baixo crescimento no período de 1998 a 2002, decorrentes das condicionalidades estruturais constantes dos acordos com o FMI, colocam à sociedade brasileira a necessidade de reverter a internalização dos parâmetros ditados pela tutela do Fundo, como uma importante pré-condição à retomada de uma dinâmica econômica que busque a geração de emprego e a distribuição de renda.